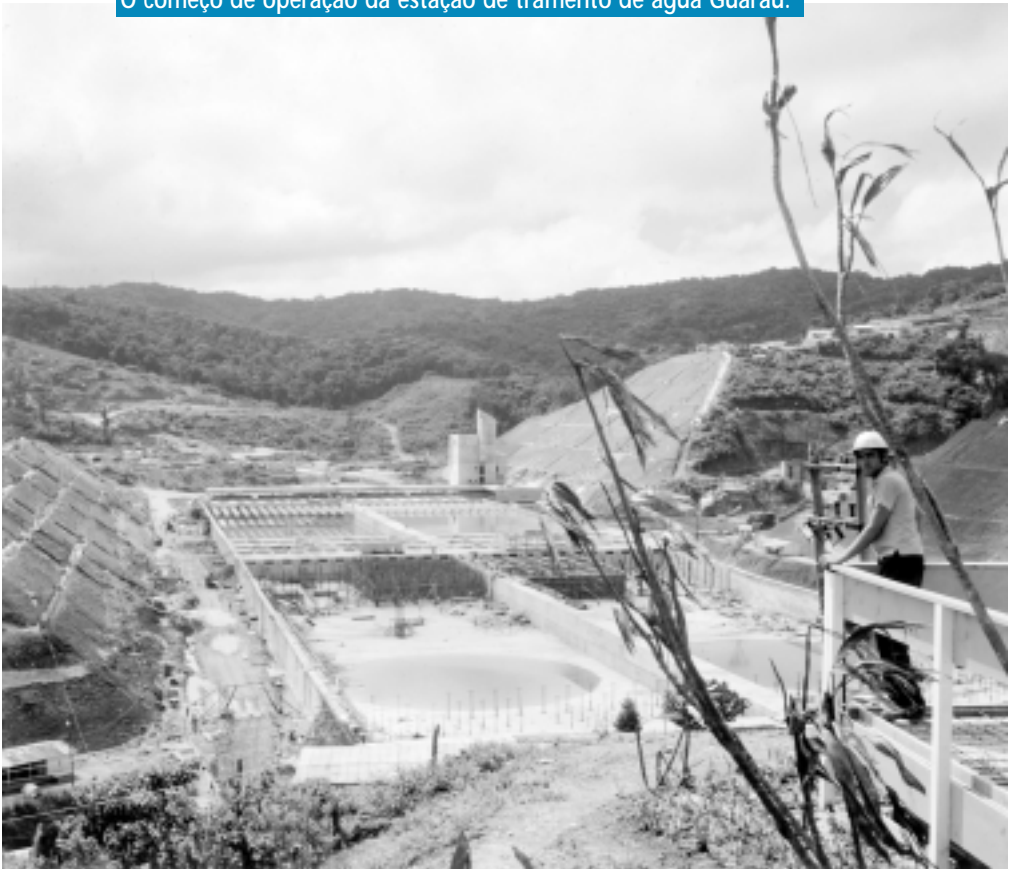


Instalação das bombas da Elevatória Santa Inês.



O começo de operação da estação de tratamento de água Guarauá.



*São Paulo*, óleo de Tarsila do Amaral, 1924.



Praça do Patriarca e Viaduto do Chá, anos 20.



Chafariz na Praça Júlio Mesquita, construído em 1925.



Nos anos 20 acelera-se a retificação do Rio Tietê.



Pinheiros, Butantã, Morumbi e o rio antes da retificação, 1930.



*Trabalhadores,*  
óleo s/ tela de  
Tarsila do  
Amaral, 1931



Chafariz no  
Reservatório  
Vila Mariana,  
1930.





café, que representava 70% das exportações brasileiras, alcançava preço elevado no mercado. Pretendia-se uma nova moeda, o cruzeiro. Havia um plano financeiro de proteção industrial. Garantia-se a Caixa com empréstimos externos vultuosos. O custo de vida subia. Estávamos em 1927. O governo paulista de Júlio Prestes criou, em substituição à Comissão de Obras Novas, a Comissão de Saneamento da Capital, cuja direção entregou ao engenheiro Theodoro Augusto Ramos. Por proposta do sanitarista Saturnino de Brito, que apostava no tratamento químico da água, a Comissão abandonou o critério de “águas protegidas” e adotou a solução de derivar água da represa de Guarapiranga. Em 1928, o governo foi autorizado, mediante acordo com a Light, a aduzir  $4\text{m}^3/\text{s}$  daquele lago de 196 milhões de metros cúbicos. Ao mesmo tempo, a Comissão decidiu, enquanto prosseguiam as obras da adutora de Rio Claro, construir a adutora de Santo Amaro. Projetos houve.

O que não se podia prever era o craque da Bolsa de Nova York, em maio de 1929, afetando diretamente o café e, por extensão, atingindo profundamente São Paulo. O escritor Galeão Coutinho notaria, em seu *A vocação de Vitorino Lapa*, de 1942, que “depois do sonho mirífico e fugaz da prosperidade baseando-se na política dos altos preços, voltavam todos à dura realidade. Uma febre de bucolismo ia contaminando as antigas famílias de lavradores, que até ali tinham vivido regaladamente em seus palacetes luxuosos de Higienópolis, Avenida Paulista, Perdizes. Os pais e avós, gente endurecida na vida das fazendas, para quem a cidade sempre fora um exílio, não estavam aborrecidos, bem ao contrário; mas a gente moça via aquele retorno como o maior dos castigos, embora fizessem grande esforço de resignação”.

São Paulo não podia migrar. Já era uma cidade industrial, vira nascer um Centro das Indústrias do Estado em 1928. Havia uma crise geral no país, crise que refletia duramente sobre São Paulo, cuja população naquele fim de década somava 852 mil pessoas – uma crise que precisava ser superada.

Extinta a Comissão de Saneamento da Capital em 1930, foram finalizadas as obras da adutora Rio Claro, afastando-se a orientação de derivar novas águas de Guarapiranga. Três anos depois, mais um plano: desta vez, elaborado por Arthur Motta, o Plano Geral de Distribuição de Água, que recomendava a ampliação por etapas das adutoras Rio Claro e Santo Amaro. Ainda em 1941, os projetos estariam em execução.

A história de carências da cidade continuava. O reservatório da Moóca, iniciado em 1926, só estaria em funcionamento em 1937, ano em que a população paulistana já havia atingido 1.186.000 habitantes. E não se pode dizer que os técnicos não se preocupassem com a gravidade social do problema do saneamento básico na Capital: em 1936 foi criada a *Revista DAE*, então chamada *Boletim da Repartição de Águas e Esgotos*. A idéia partira do professor Arthur Motta, diretor da RAE por 30 anos, desde 1906. A publicação vinha contribuir de forma excepcional à tecnologia sanitária no País, com serviços prestados à comunidade técnica, divulgando pesquisas e dando oportunidade aos novos profissionais de publicarem seus trabalhos.

Foi naquele 1936 que, depois de implantar parques infantis na cidade, Mário de Andrade contribuiu para que se criasse o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através do qual efetuou o tombamento de monumentos históricos paulistas. Mas esse tombamento não conseguiu salvar muitas das obras de arte no setor de saneamento básico. Veio tarde. Bem, estamos em terras de aventura de Macunaíma, aquele que “foi na cidade buscar sarna para se coçar. Andou banzando, banzando, e muito fatigado por causa da fraqueza parou no parque do Anhangabaú. Chegara bem debaixo do monumento a Carlos Gomes que fora um músico muito célebre e agora era uma estrelinha no céu. O ruído da fonte murmurando na tardinha dava pro herói a visagem das águas do mar”.

Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.

Meados dos anos 1930: Avenida Paulista e, ao fundo, o bairro do Pacaembu.



Meados dos anos 1930: o centro da Capital visto do Trianon, Avenida Paulista.





1. 378.539 habitantes. Era o censo de 1940. A 10 de janeiro daquele ano tinha sido criada a primeira legislação específica, no Brasil, contra a poluição das águas, o Decreto 10.890. Chegou mesmo a ser constituída uma Comissão de Investigação da Poluição das Águas no Estado de São Paulo. O que não impediu a morte do Tietê. O autor de *Macunaíma* escrevia, quatro anos mais tarde, “A meditação sobre o Tietê”:

[...] De repente  
O óleo das águas recolhe em cheio luzes trêmulas,  
É um susto. E num momento o rio  
Esplende em luzes inumeráveis, lares, palácios e ruas,  
Ruas, ruas, por onde os dinossauros caxingam.  
Agora, arranha-céus valentes donde saltam  
Os bichos blau e os punidores gatos verdes,  
Em cânticos, em prazeres, em trabalhos e fábricas,  
Luzes e glória. É a cidade... É a emaranhada forma  
Humana corrupta da vida que muge e se aplaude.  
E se aclama e se falsifica e se esconde. E deslumbra.  
Mas é um momento só. Logo o rio escurece de novo,  
Está negro. As águas oliosas e pesadas se aplacam  
Num gemido. [...]

Ainda assim Mário de Andrade via beleza no rio.



A batalha do saneamento continuava.

Em 1942, o diretor da RAE, Plínio Penteado Whitaker, traçara um plano de obras de “reforço do abastecimento, reforma e ampliação das instalações da distribuição dentro da cidade”. Pouco se executou. E mesmo que a represa de Guarapiranga tivesse deixado de ter, para o sistema produtor de energia elétrica, a importância primitiva e se programasse, mais do que em 1929, a retirada de 11 metros cúbicos por segundo de água, esse aproveitamento só iria ocorrer na década de 70. Vivia-se sob o Estado Novo. Vivia-se um esforço de industrialização em todo o País: seria criada a siderúrgica de Volta Redonda; o Brasil entraria na Guerra; São Paulo conheceria novo salto econômico.

Tempos em que o Rio Tietê ainda permitia romantismos.



**O** cronista Jorge Americano registraria: “O pão endureceu e adquiriu um gosto de milho misturado com areia. ‘Padeiros tubarões’ foram acusados de sonegar a proporção de trigo e fabricar clandestinamente pão duro para vender aos ricos.

“A gasolina foi reservada só para os médicos e os carros oficiais. Nos primeiros dias de racionamento podia-se patinar livremente no asfalto da Avenida São João. Vieram os ‘gasogênios’ e os postos de gasolina passaram a vender carvão. Adaptaram-se os carros, com tubos estranhos atrás ou por cima da capota. Acendia-se o carvão com papel, ligava-se o ventilador movido a gasolina (cinco litros por semana num pequeno tanque sobressalente) e o motor pegava ao cabo de dez minutos de fumaça e as ruas eram pretas de resíduos de carvão.

“Isso foi durante a guerra.

“Mais tarde, nos sete anos de seca, houve racionamento de eletricidade. A represa de Santo Amaro era um lodaçal e a represa Billings um conjunto de grotas com galharia seca. Nas ruas uma lâmpada ficava acesa e duas apagadas, e o consumo das casas era controlado, sob ameaça de corte no fornecimento de eletricidade.

“Escassearam-se os bondes, desapareceram os anúncios a gás néon e a cidade ficou triste. Fábricas montaram geradores próprios e quando vieram as chuvas a empresa fornecedora instalou uma nova turbina. Diesel para aumentar o fornecimento de energia elétrica. O governo federal havia dificultado a licença de importação de materiais,



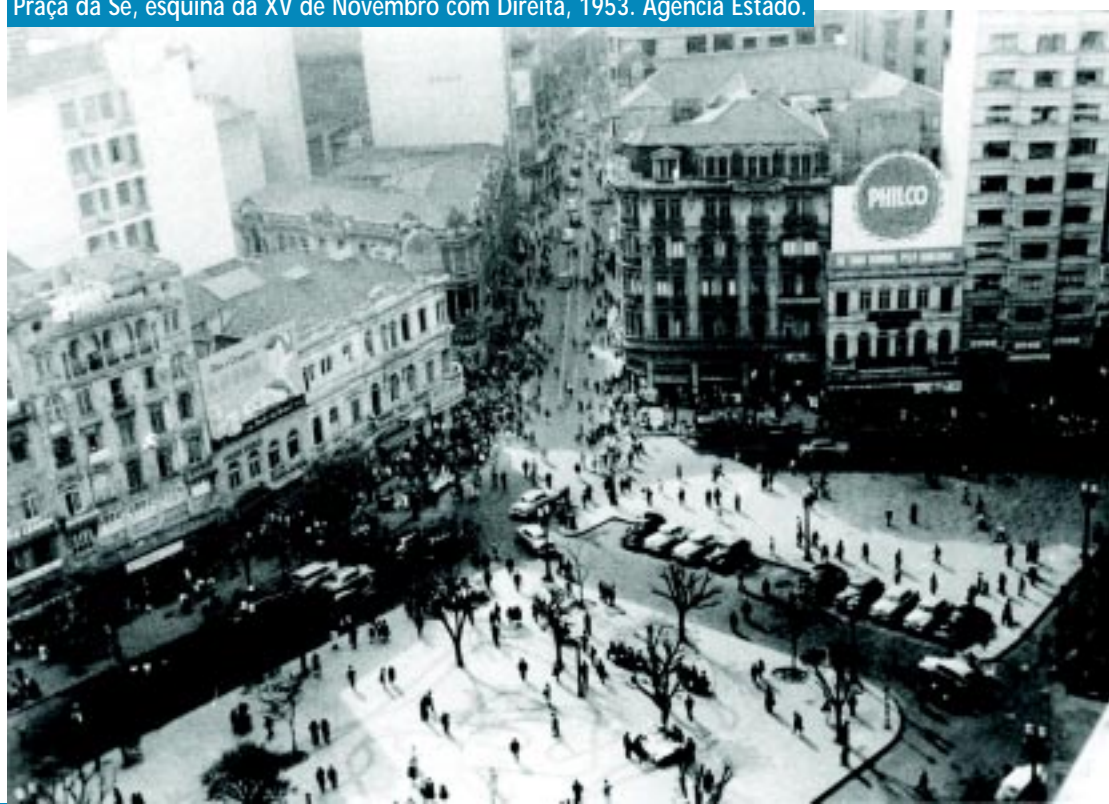
porque andava às turras com o governo paulista.”

Não foram poucas as privações dos paulistanos – mesmo que em 1954 tivesse sido criado o DAE - Departamento de Águas e Esgotos, em lugar da RAE, autarquia com poder administrativo sobre os municípios de São Paulo, Guarulhos, São Caetano, Santo André e São Bernardo do Campo, submetida à Secretaria de Viação e Obras Públicas. De qualquer forma, o DAE foi uma peça fundamental para o saneamento básico em São Paulo e porque vislumbrava a Região Metropolitana.

Avenida São João, anos 40.



Praça da Sé, esquina da XV de Novembro com Direita, 1953. Agência Estado.



Monumento à Bandeira, de Victor Becheret, 1952-1953.



Planta do projeto de reforma do Parque Ibirapuera (aberto em 1928), de Oscar Niemeyer e Burle Marx, para o IV Centenário da Capital paulista, 1954.



**U**ma explosão demográfica: com o novo processo de industrialização, São Paulo alcançaria 3,5 milhões de habitantes em 1958. Dois anos antes tinha sido criada a Comissão de Obras Novas para tomar medidas urgentes no reforço do abastecimento de água da Capital, minimizando as necessidades que as estiagens provocavam, mediante a adução de mais dois metros cúbicos por segundo da represa de Guarapiranga. Em seguida iniciou-se o aproveitamento do Rio Grande (Represa Billings) para atender às cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano.

As condições ambientais eram das mais baixas. E, definitivamente, não era mais possível se pensar em soluções localizadas. Em 1964, ano do golpe militar, o DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica contratou o consórcio Hibrace para a elaboração de um Plano Diretor. Objetivo: resolver os problemas relacionados com o aproveitamento múltiplo e controle dos recursos hídricos na região até o fim do século. Mais uma vez, os projetos não se coadunaram com a velocidade das modificações urbanas: em 1968, a Capital teria 5.785.007 habitantes.

Foi nesse ano que aconteceu a primeira grande alteração institucional no setor do abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo: a 7 de fevereiro criou-se a Companhia Metropolitana de Água de São Paulo - Comasp, empresa de economia mista, com o objetivo de captar, tratar e vender água potável no atacado aos 37 municípios da então chamada Grande São Paulo, inclusive ao DAE. E as obras do Sistema Cantareira, iniciadas em 1967 pelo DAE, passaram para a responsabilidade da Comasp.

Havia pressa. A 6 de maio de 1970 era criada a Cia. Metropolitana de Saneamento de São Paulo - Sanesp, com a responsabilidade de interceptar, tratar e proceder à disposição final dos esgotos da Grande São Paulo. Dois dias depois criava-se o Fesb - Fomento Estadual de Saneamento Básico, diante das necessidades de levantar fontes internas e externas de recursos necessários para a execução de vários programas.

As obras do Sistema Cantareira foram iniciadas em 1967, entrando em operação em 1974.

